

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA
FEDERAL EM ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08230.002928/2024-11

A **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, entidade com personalidade jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 05.665.521/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, **STÊNIO BARBOSA DE LUCENA**, portador do CPF 451.961.924-68, vem, tempestivamente, conforme permitido no § 4º, do art. 165, Lei nº 14.133, de 2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa Concorrente **VERTICAL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 19.205.451/0001-93, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interposto:

I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS, que tem como objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados de prestação do serviço de RECEPÇÃO, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 90005/2024.

Alega que a COMISSÃO DE LICITAÇÃO da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas INABILITOU a empresa **VERTICAL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pois foi inabilitada de forma equivocada por parte da comissão julgadora, pela não apresentação da documentação solicitada relacionadas nos itens 8.23.2 e 8.23.3., na forma prevista no item 8.26.

II. DAS RAZÕES ALEGADAS:

O procedimento adotado pelo Nobre Pregoeiro na decisão da inabilitação da empresa **VERTICAL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pelo fato da mesma não ter apresentado a “DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS”, assinada por profissional da ÁREA CONTÁBIL”, tem aparo

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

legal no Edital e no “Termo de Referência”, pois o referido Termo é esclarecedor quanto a assinatura dessa declaração, onde deverá ser atestado os índices econômicos através de profissional habilitado, que no caso é o CONTADOR apresentado pela empresa.

Abaixo transcrevemos o referido item do TR;

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Vale frisar, que o pregão tem base legal na Lei nº 14.133, de 2021, onde destacamos o Art 69 da Lei nº 14.133/2021 que introduziu uma mudança significativa na exigência do balanço patrimonial para fins de qualificação econômico-financeira em licitações públicas.

Diferente da legislação anterior, que exigia apenas o balanço patrimonial do último exercício social, a nova lei amplia essa exigência para que a Administração Pública solicite os balanços e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

Essa inovação visa fornecer uma análise mais sólida e confiável da saúde financeira dos licitantes, fortalecendo o processo de qualificação.

LEI nº 14.133 de 01 de abril de 2021

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Como podemos ver acima, o Nobre Pregoeiro agiu dentro do que determina a Lei, o Edital e o Termo de Referência.

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, uma vez que resta demonstrado que no Pregão Eletrônico Nº 90005/2024, foram consideradas as observância aos princípios norteadores da licitação.

Termos em que
Pede deferimento
Olinda, 14 de agosto de 2024



ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE
RECURSOS HUMANOS EIRELI-EPP
Stênio Barbosa de Lucena
Proprietário
RG. 2.664.500 – CPF 451.961.924-68